

AENEBEIRA continua a apostar na formação

Associação Empresarial vai assinar amanhã, em Trancoso, acordo de cooperação com o IEFP, na presença do presidente do organismo, Jorge Gaspar. Empresas que participam nos programas “Dinamizar” e “QI-PME” apontam os benefícios que estão a recolher. **Págs. 4 e 5**



editorial

Um novo país

Um dos problemas estruturais com que Portugal convive há muitas gerações é o da falta de formação. Se a alfabetização resolveu na base grande parte de um dos maiores problemas de uma sociedade moderna, o analfabetismo, a infoexclusão foi até há pouco tempo um segundo nível de problema: a incapacidade de produzir mais recorrendo à correta utilização das novas tecnologias.

O impressionante esforço feito pelo país e o apoio europeu em termos de formação está a alterar o paradigma nacional.

Portugal já não é, ou está a deixar de ser, um país de trabalhadores de baixa formação e pouca qualificação para ser, cada vez mais, um país com uma enorme capacidade de resposta em termos de mão-de-obra qualificada e especializada.

Mesmo sendo verdade que muitos dos que agora se qualificam não conseguem trabalhar em Portugal, a verdade é que ao emigrarem já não vão viver para o “bidonville” parisiense ou fazer trabalhos que mais ninguém quer, os trabalhadores portugueses que hoje partem vão disputar os melhores postos de trabalho onde quer que seja graças à sua formação e qualificação.

Em síntese, o enorme investimento feito na formação profissional nos últimos anos – seja a nível escolar e universitário, no ensino profissional ou noutras dimensões formativas, permite aos trabalhadores as melhores ferramentas para trabalharem e produzirem onde quer que seja.

Luis Baptista Martins



«Esperamos continuar a crescer de forma sustentada»

Entrevista a José Moura, sócio-gerente da empresa Electrojarm, Lda, com sede na Mêda. **Pág. 3**

Empresas da região concordam com aumento do salário mínimo

Empresários do nordeste da Beira apoiam a subida do ordenado de 485 para 505 euros já neste mês. Dizem até que a diferença é muito pequena e que no final do mês nem se nota. **Pág. 5**

Salário mínimo

Novo montante a partir de outubro

Governo e parceiros sociais fixaram em 505 euros o novo montante do salário mínimo, a vigorar entre o próximo dia 1 de outubro e 31 de dezembro de 2015, no Continente e na Região Autónoma da Madeira.

O aumento do SMN será acompanhado de uma redução em 0,75% da taxa social única (TSU) que as entidades empregadoras descontam para a Segurança Social, que diminui de 23,75% para 23%.

Importa ter presente que a descida da TSU apenas irá abranger os trabalhadores que em agosto de 2014 recebiam 485 euros por mês, apesar de o texto do acordo referir que a redução será concedida às entidades empregadoras que tenham trabalhadores beneficiados com a subida do salário mínimo (que poderia implicar a aplicação de tal redução a salários situados entre 485 e 505 euros).

Atualização das rendas para 2015

Valores vão permanecer inalterados

Tendo o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgado recentemente o índice de preços no consumidor (IPC) respeitante a agosto de 2014, pode já adiantar-se que, como esse valor foi negativo (correspondendo a uma queda dos preços) não haverá lugar a qualquer atualização das rendas durante todo o ano de 2015, relativamente aos diversos tipos de arrendamento - habitação, comércio, indústria e exercício de profissão liberal.

Deve ter-se presente que a atualização das rendas corresponde à variação média anual dos preços no consumidor apurada em agosto do ano anterior, excluindo despesas de habitação.

Na realidade, à semelhança do que sucedeu em 2010, ao se registar uma inflação negativa no ano ime-

diatamente anterior, não se procede a qualquer atualização do valor das rendas, permanecendo os mesmos inalterados.

Sendo assim, os senhorios não terão de efetuar qualquer comunicação aos inquilinos e estes, se receberem aviso de aumento ordinário das rendas entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, devem contestar, recusando pagar qualquer adicional ao atual montante da renda.

O aviso do INE será brevemente divulgado e oficializará o coeficiente de atualização das rendas que, sendo negativo, se traduzirá num aumento nulo.

Recorde-se que em 2014 o valor das rendas foi atualizado em 0,99% pelo Aviso nº 11753/2013, de 20.9 (2ª série do DR).

Trabalho suplementar

Redução do pagamento até 31 de dezembro

Foi prorrogada de 1 de agosto para 31 de dezembro de 2014, a suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e das cláusulas de contratos de trabalho, que tenham entrado em vigor antes de 1 de agosto de 2012, e que disponham sobre acréscimos de pagamento de trabalho suplementar superiores aos estabelecidos pelo Código do Trabalho, bem como sobre retribuição do trabalho normal prestado em dia feriado, ou descanso compensatório por essa mesma prestação, em empresa não obrigada a suspender o funcionamento nesse dia.

Ficam salvaguardados todos os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos individuais de trabalho que tenham entrado em vigor depois de 1 de agosto de 2012, que não são afetados por esta medida de caráter excecional e temporário. Importa recordar que a Lei nº 23/2012,

de 25.6, reduziu para metade os montantes a pagar pela prestação de trabalho suplementar - previstos no art. 268º do Código do Trabalho - do seguinte modo:

- 25% pela primeira hora ou fração desta e 37,5 % por hora ou fração subsequente, em dia útil;
- 50% por cada hora ou fração, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou em feriado.

Assim, as disposições de convenções coletivas de trabalho e de contratos individuais de trabalho que tenham entrado em vigor antes de 1.8.2012, e que estabelecem montantes retributivos superiores aos previstos atualmente no Código do Trabalho, ficam suspensas até 31.12.2014, aplicando-se durante esse período somente o disposto no Código do Trabalho, acima referido, quanto à remuneração por trabalho suplementar.

Emprego

Aprovada a comparticipação IEFP no âmbito da Medida Emprego Jovem Ativo

Foi aprovada, através do Despacho n.º 11348/2014, de 10.9, a comparticipação financeira do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I. P.), no âmbito da Medida Emprego Jovem Ativo, prevista no artigo 13.º da Portaria n.º 150/2014, de 30-07.

Recorde-se que a referida portaria prevê que a comparticipação financeira do IEFP às entidades promotoras nas despesas com os destinatários seja feita através da modalidade de custos unitários.

Assim, os custos unitários serão calculados, por mês e por destinatário, com base nos seguintes valores:

- Bolsa mensal, financiada a 100 %;
- Alimentação, de acordo com o valor previsto para o subsídio de refeição da generalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas (4,27€);
- Seguro de acidentes pessoais, no montante de 1,8678 % do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS 2014= 419,22€).



O valor da comparticipação varia consoante se trate de:

- Jovens que não possuam a escolaridade obrigatória e que se encontrem em particular situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, nomeadamente, porque abandonaram precocemente a escola ou não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico, em que o valor da comparticipação é de 390,24 euros;

- Jovens com qualificação de nível 6 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações, com uma comparticipação de 641,78 euros.

Para beneficiar do financiamento a entidade promotora tem de demonstrar junto do IEFP os elementos de execução física da atividade, no decurso e no

final da mesma, através de documentos comprovativos, designadamente o contrato de integração, os mapas de assiduidade, relatórios de avaliação e certificados de frequência.

A comparticipação do IEFP extingue-se, nomeadamente:

- Por impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva, de o destinatário poder desempenhar a atividade ou de a entidade promotora lhe poder proporcionar;
- No momento em que o destinatário atingir o número de cinco dias seguidos ou interpolados de faltas injustificadas;
- Quando o destinatário, ainda que justificadamente, atinja o número de 30 dias de faltas seguidas ou interpoladas.

Desemprego de trabalhadores independentes

Majoração do subsídio

A Lei do Orçamento Retificativo, já aprovada na generalidade pela Assembleia da República, alarga a majoração de 10% atribuída aos casais desempregados com filhos aos ex-trabalhadores independentes ("recibos verdes") que estão a receber subsídio de desemprego por cessação de atividade.

Assim, segundo tal Lei, o montante diário do subsídio de desemprego (trabalhadores por conta de outrem) e do subsídio por cessação de atividade (trabalhadores independentes), é majorado em 10% nas situações seguintes:

- quando, no mesmo agregado familiar, ambos os cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto sejam titulares do subsídio de desemprego e tenham filhos ou equiparados a cargo;
- quando, no agregado monoparental, o parente único seja titular do subsídio de desemprego e não aufera pensão de alimentos decretada ou homologada pelo tribunal.

Assim, cada um dos membros do casal receberá o seu subsídio de desemprego, medida que irá abranger quem já está a receber e quem tem o seu processo pendente de decisão dos

serviços competentes da Segurança Social.

O regime de majoração não sofre alterações e continua a ser concedida ao outro membro do casal, mesmo quando um deles deixa de receber o subsídio e continua desempregado, ou quando passa a receber o subsídio social de desemprego.

Proteção no desemprego dos trabalhadores independentes

O regime de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes que prestam serviços maioritariamente a uma entidade contratante, criado pelo Decreto-Lei nº 65/2012, de 15.3, vigora desde o dia 1 de julho de 2012.

Estão abrangidos pelo regime de atribuição de subsídio de desemprego, os trabalhadores independentes que, no mesmo ano civil, obtenham da mesma empresa, quer seja pessoa coletiva ou pessoa singular com atividade empresarial, independentemente da sua natureza e das finalidades que prossigam, 80% ou mais do valor total anual dos rendimentos obtidos na ati-

vidade independente.

O acesso ao subsídio depende da verificação cumulativa das seguintes condições:

- cessação involuntária do vínculo contratual celebrado com a entidade contratante;
- cumprimento do prazo de garantia: 720 dias de exercício de atividade independente, economicamente dependente, com o correspondente pagamento efetivo de contribuições, num período de 48 meses imediatamente anterior à data da cessação involuntária do contrato de prestação de serviços;
- o trabalhador independente ter sido considerado economicamente dependente de entidades contratantes em pelo menos dois anos civis, sendo um deles o ano imediatamente anterior ao da cessação do contrato de prestação de serviços;
- o trabalhador independente ser considerado economicamente dependente à data da cessação do contrato de prestação de serviços;
- inscrição no centro de emprego da área de residência, para efeitos de emprego.

Aprovado regime extraordinário de regularização de explorações industriais, pecuárias, de pedreiras e de gestão de resíduos

Foi aprovado em Conselho de Ministros um regime extraordinário e transitório de regularização e de alteração e/ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras, que sejam incompatíveis

com instrumentos de gestão territorial ou condicionantes ao uso do solo.

O novo regime uniformiza os procedimentos de regularização aplicáveis àqueles estabelecimentos, os quais estavam dispersos por vários diplomas e que, entretanto, caducaram, com exceção dos relativos às

atividades industriais cujo procedimento de regularização se encontra ainda em curso.

Este regime extraordinário de regularização insere-se na política de criação de um contexto favorável ao investimento, através da dinamização do investimento privado e do emprego.

Ficha Técnica

Edição: Jorinterior, Jornal O Interior, Lda.
Suplemento em colaboração com: AENEBEIRA – Associação Empresarial do Nordeste da Beira
Direção: Luís Baptista-Martins
Coordenação: Rogério Tenreiro

«Esperamos continuar a crescer de forma sustentada»

Entrevista efetuada a José Américo Moreira Ribeiro de Moura, sócio gerente da empresa Electrojarm, Lda, com sede na Mêda

P - A empresa Electrojarm, Lda, surge em 2011. Explique-nos como decorreu o processo de criação da empresa?

R - Tudo teve início com a atividade desenvolvida pelo meu pai que na altura era eletricista. Este foi então o meu ponto de partida e, ao meu pai, o devo.

Em 1990 iniciei a minha atividade em nome individual ligado ao ramo da eletricidade, climatização, rede de águas, esgotos e gás. Já nesta altura, iniciei com três funcionários. No decorrer destes anos fui conseguindo alargar os meus conhecimentos e fazer com que a minha atividade se desenvolvesse com naturalidade e de forma sustentada. Por todos estes factos é importante para mim dizer que tudo isto possibilitou a minha evolução tanto a nível profissional como pessoal.

Já em 1984 tinha obtido a carteira profissional de técnico responsável eletricista GP-04, nível II, especialidade BT (IU), e o curso modular de autoformação RITA-Regulamento de Instalações Telefónicas, que me possibilitaram assim iniciar estas atividades bem exigentes ao nível burocrático.

Em 1993 obtive o certificado de mecânico de aparelhos a gás, possibilitando-me alargar mais a minha atividade.

Dou então início a aplicações de chão radiante elétrico e a água e, também, à geotermia.

Em 2009 dou continuidade à minha formação e obtive especialização em Qualidade do Ar Interior, frequentando o curso de Técnico de Instalação e Manutenção – TIM III.

Simultaneamente a todas estas certificações, iam decorrendo as obras que efetuava e me traziam o reconhecimento público tão necessário a qualquer ramo de atividade.



P - Quais as atividades que a Electrojarm desenvolve?

R - A Electrojarm para além das atividades já enumeradas na questão anterior, desenvolve e está capacitada para executar Eletricidade de alta e baixa tensão, iluminação pública, rede de águas e esgotos, rede de gás, climatização e comercialização de todos os materiais relacionados com todas estas atividades.

P - Qual a área geográfica onde predominam os trabalhos realizados pela vossa Empresa?

R - A área geográfica onde predominam os nossos trabalhos, são essencialmente alguns distritos como Guarda, Bragança, Viseu e Vila Real, mais concretamente, os concelhos de Meda, Penedono, Sernancelhe,

Moimenta da Beira, São João da Pesqueira, Pinhel, Alijó, Régua e Mirandela.

Posso ainda dizer que as zonas onde mais existe execução de obra são a cidade de Meda, Foz-Côa, Moncorvo e Penedono.

Todas estas zonas detêm trabalhos por nós executados e em todas as áreas e atividades por nós desenvolvidas.

P - Quem são na maioria os vossos clientes?

R - Os nossos clientes dividem-se em sector privado e público.

No sector público temos como clientes as Camaras Municipais de Celorico da Beira, Meda, Moncorvo, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe e Vila Nova de Foz Côa.

No sector privado temos como clientes, algumas grandes empresas

como Adriano Ramos Pinto, S.A., Civil Casa II, S.A., Gualdim Ansiães Amado & Filhos, Lda. e Solicel, Lda., entre outras empresas.

Trabalhamos também para clientes finais na construção e reconstrução das suas habitações.

Estou neste momento de partida para a execução de alguns trabalhos de climatização e eletricidade para alguns clientes em França, este exemplo serve apenas para ilustrar e caracterizar melhor o nosso dia-a-dia.

P - Quais os produtos que a Electrojarm, Lda. comercializa?

R - A Electrojarm, Lda. comercializa todo o material elétrico, material de climatização (aquecimento e arrefecimento), ventilação, todo o tipo de aparelhos de ar condicionado, bombas de calor,

chillers, caldeiras e recuperadores a lenha e pellets, salamandras, caldeiras a gás e gasóleo, painéis solares térmicos e fotovoltaicos estes, agora, em grande procura dado pertencerem à classe das energias renováveis, toda a tubagem e acessórios para redes de águas, esgotos e gás e equipamentos sanitários.

Comercializamos também Gás e pellets.

P - Qual o número de colaboradores da vossa empresa?

R - O número de colaboradores neste momento é de 14 pessoas, distribuídos da seguinte forma, 10 colaboradores em execução de obra, canalização, eletricidade e climatização, 2 colaboradores na área comercial e escritório, 1 engenheiro eletrotécnico e eu como sócio gerente.

P - Quais as obras de maior relevância que a empresa tem em execução?

R - Neste momento a Electrojarm está a executar o Hotel termal de Longroiva, a Adega 5 Bagos em Muxagata, a iluminação pública e decorativa do largo da Beselga, a remodelação da iluminação e das águas quentes sanitárias do pavilhão Gimnodesportivo de Moncorvo.

P - Quais as vossas perspetivas para o futuro?

R - Esperamos continuar a crescer de forma sustentada para que seja possível manter ou talvez aumentarmos o nosso número de colaboradores.

Sinto necessidade de alargar as minhas instalações e pretendo iniciar a construção de um armazém para a sede da empresa, de forma a melhorar as condições de armazenamento e exposição de material.



“Dinamizar” ajuda a aumentar conhecimentos

Empresários mostram-se satisfeitos com a participação no programa financiado pelo Fundo Social Europeu

Desenvolvido pela AENEBEIRA – Associação Empresarial do Nordeste da Beira, o Programa “Dinamizar”, promovido pela CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, traz inegáveis vantagens para as empresas que nele participam. Criado para elevar a capacidade competitiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME) da área do comércio e dos serviços, o projeto financiado pelo FSE - Fundo Social Europeu através do POPH - Programa Operacional Potencial Humano tem a duração de cerca de um ano e conta atualmente com a participação de 25 empresas dos concelhos da área de intervenção da AENEBEIRA.

O programa destina-se a elevar a capacidade competitiva das micro e PME do comércio e serviços, mediante um conjunto integrado de ações de formação e consultoria que visam, a curto, médio e longo prazo, proporcionar um melhor desempenho das mesmas. Abrange duas componentes, uma de consultoria, que envolve a elaboração de diagnóstico às diferentes áreas da empresa, seguido de elaboração de plano de ação e implementação de medidas previstas no plano de ação que teve origem no diagnóstico. A outra consiste em formação para os colaboradores e empresários. A Valorizarpneu, que se dedica à recolha e triagem de pneus



usados sediada em Pinhel, é uma das participantes no “Dinamizar” e o seu responsável indica que o programa está a ser uma «mais valia» porque «havia a necessidade de termos algumas formações importantes», que foram ministradas a três colaboradores, bem como ao proprietário. Sérgio Morgado destaca a formação recebida a nível de «primeiros socorros» e o simulacro que achou «muito interessantes» e que poderão «vir a ser úteis no futuro», considerando ainda que a consultoria é «importante em todos os aspetos».

Por seu turno, o diretor do Hotel Turismo de Trancoso considera «be-

néfica» a participação no programa, explicando que a unidade hoteleira se inscreveu essencialmente por «razões energéticas» de modo a «compensar a arquitetura não adequada à região» e, nesse sentido, «houve consultores que nos ajudaram nessa área». César Lopes aponta alguns exemplos de medidas tomadas que contribuem para uma poupança como a «troca de lâmpadas e a redução do consumo de água» ou a consultoria recebida nas vertentes de decoração, estética e de recursos humanos. Já no caso da Secreto Pensar Supermercados, que explora o Minipreço de

Pinhel, o envolvimento no programa foi «importante» em virtude de ter havido «muitas informações que recebemos em formações que nos foram muito úteis para o dia a dia no nosso trabalho». Rosa Figueiredo indica o «vitrinismo, higiene e segurança no trabalho e atendimento aos clientes» como algumas das áreas em que os colaboradores receberam formação para aplicar na superfície comercial. A responsável considera que a nível de consultoria, a participação no “Dinamizar” foi positiva, «no sentido de nos apontar aspetos onde podemos melhorar».

Pelo lado das Tintas Varmol, de Trancoso, o seu proprietário considera que «todo o tipo de iniciativas como estas são bem vindas porque ajudam-nos a enriquecer os nossos conhecimentos». No caso concreto da sua empresa, Vasco Ribeiro exemplifica com a mudança do logótipo e da criação de uma nova página na Internet, uma vez que a antiga estava «desatualizada e obsoleta». Houve dois trabalhadores que também receberam formação, com o empresário a realçar que «temos a obrigatoriedade de dar formação aos nossos funcionários e isso também é importante porque serve para alargar os seus conhecimentos». De igual modo, Isabel Martins, dos Móveis Martins & Valente, de Pinhel, encontrou vantagens na participação no programa “Dinamizar” que já ajudou a «mudar certos comportamentos e atitudes», sendo que a formação dada aos funcionários também foi «fundamental». A empresária explica que, por exemplo, houve uma técnica que se deslocou à empresa que «nos indicou o que poderíamos melhorar a nível de cores» e em aspetos de segurança também «houve coisas que foram alteradas». A responsável destaca ainda as vantagens de se lidar com «pessoas de outras atividades e de outros pontos do distrito».

QI-PME bem acolhido pelos empresários da indústria

Programa visa incrementar competências e conhecimentos de colaboradores e proprietários

Tal como sucede com o programa “Dinamizar”, também as empresas que estão a participar no QI-PME, lançado pelo CEC – Conselho Empresarial do Centro e desenvolvido pela AENEBEIRA – Associação Empresarial do Nordeste da Beira nos 10 concelhos da sua área de intervenção, estão agradadas com os resultados já visíveis. O programa destinado a empresas do sector industrial ou de serviços de apoio à indústria utiliza uma metodologia de intervenção diferente do “Dinamizar”, mas consiste igualmente na elaboração de diagnóstico, plano de ação e implementação de medidas.

O QI-PME tem como principais objetivos a melhoria dos processos das micro, pequenas e médias empresas e o reforço das competências dos seus quadros, assim como a promoção da formação orientada para o apoio ao desenvolvimento organizacional e a promoção do desenvolvimento de processos das micro, pequenas e médias empresas, através do desenvolvimento de ações que promovam a otimização das metodologias e processos de modernização e inovação ao nível da gestão. Os Transportes Rodocolor, de Celorico da Beira, são uma das empresas que aderiu ao programa



e Ana Maria Pinto garante que tem sido «muito benéfico em todos os aspetos» e «em termos de formação para os trabalhadores foi excelente». A empresária explica que a maioria dos cerca de 70 funcionários receberam formação, sendo que os restantes não receberam porque os motoristas «andam sempre dentro e fora do país». A

formação recebida por exemplo a nível de organização de documentos e da gestão da condução é útil no dia a dia da empresa».

No que toca à FMP - Fly Mecânica de Precisão, instalada em Pinhel, o seu diretor-geral considera que o QI-PME é um programa de «louvar, pelo facto de disponibilizar um verdadeiro apoio às

empresas ajudando na qualificação dos seus quadros superiores, bem como de todos os restantes colaboradores». Jorge Ferreira salienta que «para além das sessões de formação para empresários serem muito interessantes e atuais, permitem também o intercâmbio de conhecimentos e realidades entre os empresários participantes». O res-

pensável exemplifica que a empresa participou em finais do ano passado num evento denominado Aerospace Meetings Lisboa, onde, com a ajuda dos consultores do QI-PME, apresentou uma imagem «positiva e diferente». Foram nove os trabalhadores da FMP que receberam formação. Jorge Ferreira enaltece a formação ministrada a nível de empilhadores que foi «bastante prática» e motivou os trabalhadores a meterem “mãos à obra” de modo a fazerem algumas adaptações a uma máquina comprada em segunda mão para que ficasse devidamente legalizada, numa medida importante para acautelar também a «segurança» dos próprios funcionários.

No caso do escritório de Rosa Guerra – Contabilidade e Serviços, sediada em Aguiar da Beira, a empresária sustenta que a participação no QI-PME está a revelar-se uma «mais-valia» sob duas vertentes, a formação empresarial, que foi «enriquecedora pelo possibilitar de adquirir de novos conhecimentos e novas realidades», e a formação ao pessoal, que se está a revelar «bastante interessante», uma vez que «nem sempre se consegue formação adequada às necessidades» dos seis funcionários.

AENEBEIRA realiza cursos para desempregados na região no âmbito da Medida Vida Ativa

Associação Empresarial vai assinar amanhã acordo de cooperação com o IEFP

A AENEBEIRA – Associação Empresarial do Nordeste da Beira e o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., vão celebrar um acordo de cooperação no âmbito da Medida Vida Ativa.

Esta medida pretende reforçar a qualidade e a celeridade das medidas ativas de emprego, em particular no que respeita à formação profissional, através do desenvolvimento de:

- Percursos de formação modular;
- Formação prática em contexto de trabalho;
- Processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Foi neste contexto que a AENEBEIRA, no âmbito da Medida Vida Ativa, apresentou através da CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, uma candidatura, que se encontra já aprovada, para a execução de três cursos para desempregados, a realizar nos concelhos que integram a área de intervenção da AENEBEIRA.

Os três cursos agora aprovados, na área da Hotelaria e Restauração



e Trabalho Social e Orientação, serão realizados um na região Norte e os outros dois na região Centro, mas nos concelhos da área de intervenção da AENEBEIRA.

Cada um dos cursos terá a duração de 200 horas de formação em sala e ainda mais 300 horas de Formação Prática em Contexto de Trabalho em empresas da região e envolverão cerca de 75 formandos.

No que respeita à cerimónia da assinatura do referido Acordo, esta realizar-se-á amanhã, sexta-feira, pelas 17 horas, no Auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, e nela participarão, os senhores presidente e vice-presidente do IEFP, Dr. Jorge Gaspar e Dr. Félix Esménio, respetivamente; o senhor delegado regional do Centro do IEFP, Eng.º Pedro Amaro e o Presidente da CCP – Confederação do

Comércio e Serviços de Portugal, Eng.º João Vieira Lopes, para além de outras personalidades.

AENEBEIRA e CEC realizaram curso de Cozinheiro em Fornos de Algodres

A AENEBEIRA, em parceria com o CEC – Conselho Empresarial do Centro, realizou em Fornos de Algo-

dres, nas instalações da Associação de Promoção Social de Fornos de Algodres um curso de Cozinheiro, com a participação de 22 formandos e com a duração de 200 horas de formação em sala, no âmbito da Medida Vida Ativa. Este curso decorreu no período compreendido entre os dias 11 de fevereiro e 24 de abril do corrente ano.

AENEBEIRA e AEP vão realizar em Aguiar da Beira curso de Emprego Comercial para desempregados

Também no âmbito da Medida Vida Ativa do IEFP, a AENEBEIRA, em parceria com a AEP – Associação Empresarial de Portugal, vai iniciar em finais deste mês um curso de Emprego Comercial em Aguiar da Beira. Este curso terá a duração de 200 horas de formação em sala, mais 416 horas de formação em contexto de trabalho, para 22 formandos. Este curso destina-se a desempregados que se encontram inscritos no respetivo Centro de Emprego.

Empresas da região concordam com aumento do salário mínimo

Algumas empresas de pequena e média dimensão dos concelhos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres e Trancoso, Vila Franca das Naves concordam com o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) de 485 para 505 euros. Os empresários reconhecem que a subida de 20 euros é muito pequena. «Uma gota de água», é como a classifica José Afonso Ferreira, gerente da Afonso & Filhos – empresa de comercialização de produtos alimentares frescos e congelados sediada em Vila Franca das Naves.

A maioria das empresas não recebe o impacto no volume de negócios e faturação. O aumento do ordenado mínimo deverá ser compensado pela redução da Taxa Social Única (TSU) em 0,75 pontos percentuais. Por isso, nem as Carnes Possidónio (Fornos de Algodres), com seis funcionários, nem a Salsicharia Trancosense, com 60 trabalhadores, pensam sofrer consequências pelo aumento. Por seu turno, António José Baptista, gerente do Hotel Mira Serra (Celorico da Beira), afirma que «a nossa empresa ainda não entrou na poupança desenfreada» e não teme o aumento das despesas, pois garante que «arranjaremos forma de faturar para

poder pagar aos 14 trabalhadores».

Na Lacticôa (Vila Franca das Naves), Carolina Sales já fez as contas e acredita que a empresa de comércio de produtos agroalimentares e produção de queijo vai sofrer um impacto significativo, que se traduz «em cerca de 400 euros por mês». Para a responsável da unidade queijeira, o aumento do SMN de 485 para 505 euros «é penalizador porque não podemos mexer nos preços dos custos e só acresce em despesas».

No supermercado Sincelo (Trancoso) a subida do ordenado mínimo adquire outra perspetiva. Para o sócio-gerente Sérgio Freitas, a superfície comercial não irá ganhar muito nas compras dos clientes, já que «o aumento é muito pequeno e, com os impostos, a conquista de poder de compra real das famílias não irá modificar muito as vendas na relação comercial das empresas», perspetiva.

Novo salário mínimo está em vigor desde ontem

O Conselho de Ministros aprovou na última quinta-feira o aumento do salário mínimo nacional de 485 para 505 euros, uma medida que já está em vigor desde ontem, com base no

Os empresários do nordeste da Beira apoiam a subida do ordenado de 485 para 505 euros já neste mês. Dizem até que a diferença é muito pequena e que no final do mês nem se nota



acordo assinado com as confederações patronais e a UGT.

Nos termos do mesmo acordo, de que ficou de fora a CGTP, foi também aprovada uma redução de 0,75 pontos percentuais da taxa social única (TSU)

a pagar pelas entidades empre-

gadoras, referida como uma «medida excepcional de apoio ao emprego» no comunicado do Conselho de Ministros. O documento frisa que o Conselho de Ministros «atualizou o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), fixando-a em 505 euros», uma decisão que começou

a «produzir efeitos» no primeiro dia deste mês, «aplicando-se até 31 de dezembro de 2015».

No mesmo comunicado lê-se que «esta atualização foi o resultado das negociações entre o Governo e os parceiros sociais subscritores do Acordo Tripartido sobre o aumento da RMMG e promoção da competitividade e emprego», assinado a 24 de setembro. Quanto à «redução da 0,75 pontos percentuais da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora», o executivo apresenta-a como uma «medida excepcional de apoio ao emprego» que decorreu igualmente «das negociações entre o Governo e os parceiros sociais subscritores do acordo tripartido». A redução da TSU de 23,75 por cento para 23 por cento paga pelas empresas fica dependente de três condições cumulativas. Abrangerá os trabalhadores contratados «pelo menos desde maio de 2014» e os que nos primeiros oito meses do ano tenham recebido pelo menos uma remuneração equivalente ao salário mínimo (ou seja, a 485 euros). Além disso, as empresas têm de ter a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. O valor do salário mínimo nacional de 485 euros estava congelado desde 2011.

opinião

José R. Pires Manso *

O Fomento da Natalidade no Combate à Desertificação do Interior

QR 09:05 - 16 de Julho de 2014 | Por Goreti Pera



Recentemente os órgãos de comunicação social deram eco à intenção do governo de legislar no sentido de promover a natalidade no país em geral e no interior em particular. Para esse efeito o governo encomendou recentemente um estudo à "Comissão para a Política da Natalidade em Portugal", presidida por Joaquim de Azevedo, e esta já produziu um documento com algumas linhas estratégicas e propostas a adotar para incentivar os portugueses a terem mais filhos. O próprio partido maioritário do governo discutiu o assunto do aumento da natalidade na sua última reunião magna (na semana transata).

Numa altura em que a natalidade em Portugal está longe de chegar a níveis desejáveis e o país tem uma população envelhecida, o estudo encomendado pelo Executivo é visto como uma tentativa de ultrapassar alguns obstáculos que se colocam habitualmente a quem quer mas não tem condições de aumentar o seu agregado familiar.

Incentivos à promoção da natalidade

Entre as propostas elencadas pela Comissão temos a redução em 1,5% da taxa de IRS para o primeiro filho e em 2% para o segundo e seguintes; destaca ainda que as deduções à coleta sejam atribuídas 'per capita', em vez de o serem de uma forma global tendo em atenção que, como indica o documento, "cada filho conta". Ainda no âmbito do IRS, as propostas referem que os avós podem passar a deduzir as despesas de saúde e educação que têm com os netos, além de os pais poderem passar a deduzir despesas com empregadas domésticas. O documento propõe ainda que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Sobre Veículos (ISV) sejam reduzidos tendo em conta o número de membros do agregado familiar. Ainda no âmbito dos incentivos, "a mãe ou pai poderão partilhar voluntariamente a licença e vir a ser substituídos no trabalho durante um ano após o período de licença parental, findo o qual têm a possibilidade trabalhar em regime de part-time com o rendimento pago a 100%". Além disso quem contratar mulheres grávidas ou pais/mães de filhos até aos três anos pode ficar isento de TSU e pode usufruir de mais vales sociais.

Outros incentivos

O Relatório ora apresentado, e no que diz respeito à saúde, propõe também que o pagamento de taxas moderadoras e a atribuição de médico de família sejam revistos para as grávidas e crianças até aos seis anos, e que se alargue o apoio médico em casos de infertilidade. Para além disso, segundo a Comissão serviços básicos como a água, resíduos e saneamento, assim como passes, devem ter preços reduzidos para famílias com mais filhos.

Política de Natalidade e sua Importância para o Interior

De salientar que as propostas aqui elencadas fazem parte do Relatório apresentado pela Comissão para a Política da Natalidade em Portugal e que resta, agora, saber o que vai ou não ser aplicado pelo Executivo e quais as implicações das atuais restrições financeiras ao nível da implementação dessas medidas pois que elas terão certamente implicações ao nível orçamental e do próprio défice e dívida pública, as duas grandes restrições que condicionam a política económica e social do País.

A necessidade da adoção destas e de outras medidas do mesmo tipo ao nível do interior é inquestionável e premente. De facto esta parte do país (o interior, cerca de 80% da área total) está a precisar urgentemente de combater a desertificação humana, de reduzir o peso da terceira idade na população ativa e na população geral (que nalgumas freguesias e sub-regiões é superior a 75% da população residente), de fomentar o desenvolvimento industrial e dos serviços - criação de novas empresas e novos empregos -, de combater o desemprego que nestas nuts III, segundo as nossas contas, pode superar os 20% da população ativa em termos reais, de relançar a agricultura, a pecuária e a floresta, o turismo, o agroturismo, o turismo rural e de aldeia e o de habitação, entre outras... Mas como 'omeletes não se fazem sem ovos', também aqui desalavancar esta região, despertá-la e maximizar todo o seu potencial, não se faz sem recursos financeiros, designadamente os públicos, sem iniciativa empresarial, designadamente privada, e acima de tudo sem mão-de-obra devidamente qualificada pelas universidades e politécnicos da região. E essa massa laboral são recursos humanos, são pessoas que precisam de se fixar na região e, sinceramente, que não vemos como fixá-las se elas não nascerem aqui ou se não conseguirmos, com empregos e salários razoáveis, convencer alguns imigrantes ucranianos, brasileiros, ou de os Países de língua portuguesa, e até nacionais de outras regiões do País, a acreditarem em nós e nos projetos que defendemos.

* Prof. Catedrático da UBI e Responsável pelo Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social

AENEBEIRA intervém em mais cinco empresas da região

A CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal reforçou o financiamento à AENEBEIRA, no âmbito do Programa Dinamizar, de modo a poderem beneficiar das vantagens deste Programa, mais

cinco empresas da região.

Recorde-se que no âmbito deste Programa participavam já 25 empresas, ao que agora acresce a participação de mais 5.

Este Programa que é inteiramente

gratuito prevê uma intervenção na empresa através da elaboração de um diagnóstico, plano de ação e implementação de medidas, que poderão ser de consultoria e de formação, quer para colaboradores quer para empresários.

CCP reforça financiamento à formação profissional desenvolvida pela AENBEBEIRA

A AENEBEIRA poderá realizar mais 15 ações de formação até ao final do ano, para além daquelas que já tinha previsto.

Este aumento do número de

ações de formação, resulta do aumento do financiamento, em cerca de 25.000€ que a CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, atribuiu à AENEBEIRA.

Assim, esta Associação poderá satisfazer a procura de formação de diversas entidades da região, nomeadamente as empresas suas associadas.

Escola Profissional de Trancoso

Atividades lúdico desportivas



Equipa dinamizadora: Anunciação Tenreiro
Helena Sousa
Marco Martins

Destaques

- 02 de outubro - Os alunos do 3º ano vão ao teatro: "D. Afonso Henriques 3 em 1", em Viseu
- Até 17 de outubro - visitas à exposição no Centro Cultural de Trancoso: "Aspectos da Romanização das Terras Beirãs de entre Tejo e Douro"

www.ept.pt • info@ept.pt

Receção dos alunos no início de um novo ano letivo

A realização do módulo zero constituiu, no início deste ano letivo, à semelhança de outros anos, a primeira atividade da escola.

A ação foi dirigida aos alunos que iniciam o seu ciclo de formação no presente ano letivo 2014-2015, dos cursos profissional de técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos e Energias Renováveis; profissional de técnico de Comércio e profissional de técnico de Manutenção Industrial/Mecatrónica Automóvel.

Esta atividade tem como objetivos gerais, a integração socioeducativa dos alunos e sua inserção dinâmica e progressiva nas várias dimensões escolares, no que concerne ao grupo/turma, curso, comunidade escolar e envolvente contextual à escola.

Desta forma, pretende-se, com a mesma, gerar empatia relacional entre os membros da turma, utilizando práticas de dinâmica de grupo, formar e informar os alunos acerca do funcionamento, organização, normas e regulamento a cumprir em vigor na Escola Profissional de Trancoso. Visa também sensibilizar os alunos para um conhecimento mais profundo do curso que escolheram e as suas saídas profissionais. Por fim, mas não menos importante, pretende-se conhecer as expectativas dos



Pequeno almoço convívio no refeitório da escola

alunos face à escola, ao curso, à profissão e ao futuro e transmitir as mesmas aos responsáveis da escola.

Este ano letivo, a equipa coordenadora resolveu concentrar as atividades e dinamizá-las apenas num dia (15 de setembro de 2014), que coincidiu com o início das atividades letivas dos alunos do 2º e 3º anos, pretendendo, com isto, um contacto com a totalidade da comunidade escolar.

Este dia começou com a receção dos novos alunos e respetivos Pais / Encarregados de Educação que teve lugar no salão polivalente da escola e que contou com a presença do Sr. Presidente da Câmara, da Direção da EPT, da Direção Técnico

Pedagógica, do Sr. Chefe dos Serviços Administrativos, dos Srs. Coordenadores de Curso e dos Srs. Orientadores Educativos de Turma, da responsável pelos Serviços de Orientação e Psicologia e de um membro convidado, o Sr. Diretor do Agrupamento de escolas de Trancoso.

As atividades continuaram em sala de aula com os respetivos Orientadores Educativos de Turma e Coordenadores de Curso tendo sido dadas informações aos novos alunos acerca do funcionamento da escola e do processo educativo: estrutura modular, estatuto do aluno e ética escolar, regime de faltas, regulamento interno, objetivos de cada curso, planos curriculares, perfis e saídas profissionais.

A manhã terminou com uma visita guiada às instalações da E.P.T. e à cidade de Trancoso.

De tarde, e depois do almoço convívio entre todos os alunos no refeitório da escola, as atividades tiveram um cariz mais lúdico e desportivo: jogo da malha, da corda, matraquilhos, sueca, futsal que tiveram a participação de toda a comunidade escolar.

A atividade decorreu em toda a sua plenitude, existindo espírito de equipa e empenho de todos, como se constata nos depoimentos dos alunos de diversos cursos.



Diálogo do Orientador Educativo de Turma com alunos e pais/encarregados de educação



Receção dos alunos e encarregados de educação no salão polivalente da escola



Entidades presentes na receção dos alunos

A opinião também conta!

Os alunos dos 1º ano e os do 2º e 3º anos, que receberam os seus novos colegas na escola, deixaram a sua opinião sobre esta atividade

"A turma é de opinião que o primeiro dia de aulas foi ótimo. Ao longo do dia, os alunos realizaram diversas atividades que consideraram importantes para a integração dos mesmos na E.P.T. Das variadas atividades apresentadas pela Escola as mais atrativas foram a visita guiada pelos professores a Trancoso.

Muitos dos discentes afirmam que foram bem recebidos e que da parte dos professores tiveram uma receção muito acolhedora. A turma é de opinião que estas atividades devem manter-se, nos próximos anos letivos."



1º Ano do Curso Profissional Técnico de Comércio

"O módulo zero é um módulo integrador que alcançou os objetivos propostos.

Permitiu aos alunos o conhecimento uns dos outros, da direção da escola, da direção técnico pedagógica, dos professores, do espaço físico e da cidade de Trancoso.

Da parte da manhã, as informações transmitidas foram importantes e necessárias aos alunos, pois ficaram a conhecer o regulamento e funcionamento da escola, os objetivos e as saídas profissionais do curso.

Da parte da tarde, foi um momento mais lúdico. Desenvolvemos atividades desportivas tais como: futsal, jogo da malha, da corda, entre outros.

O dia correu bem, tivemos oportunidade de adquirir conhecimentos sobre a escola, a cidade e também nos divertimos."



1º ano do Curso Profissional de Técnico de Manutenção Industrial / Mecatrónica Automóvel

"As atividades do módulo zero revelaram-se úteis na integração dos alunos na Escola Profissional de Trancoso.

De todas as atividades deste dia, as mais interessantes foram as que se realizaram ao ar livre. Também fomos bastante incentivados a estudar, a ser assíduos e pontuais.

A turma / ano sugere que, no próximo ano letivo, as atividades sejam mais no âmbito lúdico e desportivo."



1º ano do Curso Profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos / Energias Renováveis

"Foi uma tarde bem passada, porque conseguimos interagir com os novos colegas. Os jogos foram bem escolhidos, uma vez que houve a participação de todas as turmas."

3º Ano do Curso Profissional Técnico de Manutenção Industrial/ Mecatrónica Automóvel

"Gostámos da tarde, foi uma atividade interessante e é uma boa maneira de dar as boas vindas aos caloiros. Nos próximos anos, os alunos dos 2º e 3º anos deviam poder dar sugestões dos jogos a realizar com os novos alunos. Sugeríamos que este tipo de atividade se pudesse repetir durante o ano."

2º Ano do Curso Profissional Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade

"Foi divertido e foi uma boa receção aos caloiros, tendo sido muito produtivo para a integração dos novos alunos, não só na Escola, mas também num novo sistema de ensino."

3º Ano do Curso Profissional Técnico de Instalações Elétricas

Oferta Formativa

2014

Formação Modular Certificada


ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DO NORDESTE DA BEIRA
 <http://www.aenebeira.pt>
 geral@aenebeira.pt
 271 812 138

 Morada Av. 1º de Dezembro,
Nº. 1 6420-011 Trancoso

> Cursos Disponíveis

CÓDIGO	Designação	Horas	Nível
3549	Higiene da pessoa idosa em lares e centros de dia	50	2
0748	Informática - evolução	25	2
0754	Processador de Texto	50	2
0755	Processador de texto-funcionalidades avançada	25	2
0756	Folha de cálculo	50	2
0757	Folha de cálculo – funcionalidades avançadas	25	2
0766	Internet - evolução	25	2
0767	Internet - navegação	25	2
2816	Processamento de texto e folha de cálculo	50	2
2750	CAD – comandos e potencialidades	50	2
3909	Segurança, Higiene e saúde no Trabalho- construção Civil	50	2
3781	Segurança no Trabalho-Avaliação e controlo de riscos	50	4
0349	Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho- Conceitos Básicos	25	2
3296	Higiene e segurança Alimentar	25	2
3297	Sistema HACCP	25	2
3298	Gestão da Qualidade	25	2
0664	Aplicações informáticas de contabilidade	25	4
0674	Função pessoal-legislação laboral	25	4
0382	Gestão do tempo e Organização do Trabalho	25	4
0505	Aplicações Informáticas-Processamento de Texto	25	4
0506	Aplicações Informáticas-Folha de Cálculo	25	4
0507	Aplicações Informáticas-Apresentações Gráficas	25	4
0592	Legislação Laboral	25	4
0780	Aplicações de Gestão Administrativa	50	4
0683	Ética e Deontologia Profissionais	25	4
0695	Gestão Informatizada de Documentos	50	4
0674	Função-Pessoal-Legislação Laboral	25	4
3546	Prevenção e Primeiros Socorros	50	2
0659	Língua Inglesa-Documentação Comercial	50	4
0656	Técnicas Documentais em Língua Português	50	4
0658	Língua Inglesa – Documentação Administrativa	50	4
0675	Sistema de Segurança Social	25	4
5436	Motivação e Gestão de Equipas de Trabalho	50	4
5745	Inglês Técnico	50	4
6231	Língua Espanhola – Comunicação Administrativa	50	4
0698	Língua francesa - comunicação administrativa	50	4
0699	Língua francesa - documentação comercial	50	4

CÓDIGO	Designação	Horas	Nível
0633	Comunicação Empresarial – presencial e telefónica	50	2
3536	Velhice-Ciclo Vital e Aspetos Sociais	50	2
3907	Planeamento de Obra	50	4
3906	Preparação de Obra-Condução	50	4
3913	Mecânica e Eletricidade	50	2
0704	Comunicação no atendimento	25	4
0403	Relacionamento Interpessoal	25	2
0628	Língua Inglesa-Técnicas de escrita	25	2
6396	Língua espanhola-Técnicas de escrita	25	2
3248	Assistência a Crianças no Domicílio- Saúde e Segurança	25	2
3249	Assistência a Crianças no Domicílio-primeiros Socorros	25	2
3777	Fundamentos Gerais de Higiene do Trabalho	25	4
3780	Fundamentos Gerais de Segurança no Trabalho	25	4
3782	Segurança no Trabalho - Equipamentos	25	4
0350	Comunicação Interpessoal-Assertiva	50	2
0632	Acolhimento e encaminhamento	50	2
3781	Segurança no Trabalho – Avaliação e Controlo de Riscos	50	4
0457	Artes Decorativas	25	4
3315	Nutrição e Dietética	25	2
0633	Comunicação Empresarial – Presencial e Telefónica	50	2
3521	Decoração de Espaços	50	2
2297	Técnicas de Decoração Floral	25	2
0404	Organização Pessoal e Gestão do Tempo	25	2

- A lista de cursos (UFCD's) apresentada é exemplificativa da vasta oferta formativa integrada no Catálogo Nacional de Qualificação que a AENEBEIRA pretende realizar nos concelhos da sua área de intervenção (Trancoso, Mêda, Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Almeida, Figueira, Penedono, Sernancelhe, Pinhel).

- A calendarização e realização de cada UFCD/Ação de formação dependem de um n.º mínimo de inscrições.

- A formação pode decorrer na própria empresa.

Destinatários: Adultos (ativos) empregados ou desempregados com baixas qualificações escolares e ou profissionais que possuam qualificações desajustadas às necessidades do mercado de trabalho.

- Licenciados desempregados